



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

11/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## CCJ será instalada na próxima quarta-feira

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou nesta sexta-feira (8) a instalação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na próxima quarta-feira (13). Segundo Maia, com a definição da data de instalação, os líderes partidários já poderão indicar nomes para compor o colegiado a partir da próxima segunda (11). “Eu estou marcando para quarta-feira a instalação da CCJ. Se eu estou anunciando hoje (ontem), a partir de segunda os líderes começam a indicar (nomes) e eu espero que na quarta a gente consiga instalar (a comissão)”, disse o presidente da Câmara.

Neste ano, a instalação da CCJ ganhou ainda mais importância em razão da análise da reforma da Previdência - Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/19) - enviada ao Congresso pelo governo federal no dia 20 de fevereiro. A PEC é a prioridade mais urgente do governo. Cabe à CCJ, no prazo mínimo de cinco sessões do Plenário, manifestar-se sobre a constitucionalidade da PEC, que só então poderá ser analisada por uma comissão especial e depois votada em dois turnos pelo Plenário.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/03/2019

## DEM: “governo precisa evitar polêmicas”

O líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), afirmou nesta sexta-feira, 8, que o governo precisa evitar as polêmicas para se debruçar sobre sua principal pauta econômica, a reforma da Previdência. “As polêmicas contaminam o ambiente de um debate que se mostra difícil e alvo de muita distorção. O ideal é a mobilização das redes e das ruas para um tema central, mostrando disposição para o debate e a articulação política”, diz Nascimento.

Nesta semana de carnaval, Bolsonaro foi criticado, até mesmo por apoiadores, por ter publicado em sua conta no Twitter um vídeo considerado pornográfico. O episódio irritou parlamentares que cobram mais envolvimento do presidente na defesa da reforma da Previdência. A CCJ é o ponto inicial da tramitação da reforma da Previdência no Congresso. A comissão analisará se a proposta do governo é constitucional. Após a aprovação no colegiado, a reforma será debatida por uma comissão especial.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/03/2019

## Audiência debaterá Previdência e Trabalho

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência pública na segunda-feira (11) para debater sobre Previdência e Trabalho, com foco na Previdência rural. Proposta pelo governo federal, a reforma da Previdência altera a idade mínima para a aposentadoria de trabalhadores rurais. Atualmente os homens se aposentam com 60 anos e as mulheres, com 55. Com a reforma, todos passarão a se aposentar com 60 anos. Considerados segurados especiais no sistema de aposentadoria rural, os trabalhadores rurais terão que contribuir anualmente com R\$ 600 por pelo menos 20 anos para se aposentar. Na legislação atual, é previsto um tempo mínimo de atividade rural de 15 anos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/03/2019

## Mudança em abono: economia é calculada

A mudança proposta pelo governo para o pagamento do abono salarial — com o benefício sendo garantido apenas a quem ganha um salário mínimo mensal, em vez dos dois permitidos atualmente — pode gerar economia de pelo menos R\$ 15 bilhões anuais aos cofres públicos, ou de R\$ 150,2 bilhões em uma década. O cálculo foi elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado na Nota Técnica 29, de 1º de março. No documento, a IFI avalia o impacto das mudanças sugeridas para o pagamento do abono salarial na proposta de reforma da Previdência elaborada pela equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 altera a Carta Magna para explicitar que apenas quem ganha um salário mínimo mensal, em vez de dois, terá acesso ao benefício. Hoje o abono é regido pelas Leis 7.998, de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador e regula o seguro-desemprego e o abono salarial, e 13.134, de 2015, que instituiu o pagamento proporcional.

A PEC insere na Constituição as regras já previstas na legislação comum (pagamento proporcional aos meses trabalhados, mínimo de cinco anos inscrito no Programa PIS/Pasep). Segundo a Nota Técnica, que coletou dados de 2010 a 2017, em média 5,6% da população formal ocupada — cerca de 2,6 milhões de trabalhadores — recebia remuneração de um salário mínimo. Outros 44%, ou 21 milhões de pessoas, recebiam até dois salários.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/03/2019

## Resgate do FGTS está na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar na reunião marcada para esta terça-feira (12), a partir das 10 horas, projeto (PLS 337/2015) que permite o resgate do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de débitos de imóveis de pais ou filhos do trabalhador que for o titular da conta. O saldo, pelo texto, pode ser usado para a quitação ou amortização do saldo devedor de financiamento de imóvel, o pagamento de dívida de imóvel rural e a aquisição de imóvel pertencente à família do titular que seja objeto de inventário. Neste último caso, um dos herdeiros pode comprar as partes dos demais com recursos do fundo. O texto, apresentado originalmente pelo ex-senador Donizete Nogueira (TO), já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem votação final na CAE. O relator, senador Elmano Férrer (Pode-PI) apresentou voto favorável ao projeto, com as emendas de redação já aprovadas na comissão anterior. Para ele, o texto aperfeiçoa a Lei do FGTS (Lei 8.036, de 1990) porque cumpre a função social do fundo, permitindo ao trabalhador a formação de uma reserva monetária que possa ser utilizada em situações “de alta importância pessoal”.

### RADIALISTAS.

Outro projeto que está na pauta da CAE é o PLC 93/2015, que assegura aos radialistas piso salarial fixo com periodicidade mínima anual e flexibilização da jornada de trabalho, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/03/2019

## Sabesp abre 516 vagas para aprendizes

A Sabesp comunica a abertura do processo seletivo para o preenchimento de 516 vagas para o Programa de Aprendiz Sabesp, distribuídas na Região Metropolitana de São Paulo, interior e litoral. O processo é uma parceria entre Sabesp e Senai, que atua na qualificação e formação técnico profissional de Assistente Administrativo. As inscrições serão realizadas das 10 horas do dia 11/03/2019 às 14 horas do dia 08/04/2019, pelo horário de Brasília, exclusivamente pela internet no endereço [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br). As vagas são destinadas a estudantes do 1º ou 2º ano do Ensino Médio, de instituição de ensino pública ou privada, com idade mínima de 14 anos e máxima de 22 anos e 6 meses, no ato da admissão.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 09/03/2019